

CONDIÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM BELÉM, TRABALHO E SAÚDE: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Andréa Solimões
UFPA
acsolimoos@ufpa.br

RESUMO

Este artigo apresenta alguns resultados de pesquisa de Mestrado sobre as condições de trabalho de docentes que atuam em creches e pré-escolas na Rede Municipal de Ensino em Belém/PA, a partir da análise dos dados secundários coletados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa de Políticas Educacionais, Formação e Trabalho Docente da Universidade Federal do Pará – GESTRADO/UFPA, bem como aqueles constantes no Relatório Epidemiológico do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador da Secretaria Municipal de Educação (NAST/SEMEC), visando traçar um “mapa” do perfil epidemiológico dos servidores ligados à Secretaria Municipal de Educação. As análises sobre a Condição Docente na Educação Infantil e os impactos sobre o trabalho e a saúde das professoras, as quais compõem majoritariamente a categoria nesta etapa da educação básica e sofrem duplamente com a divisão do trabalho, nos remete à compreensão de que há diversos fatores que interferem no processo de trabalho, gerando um mal-estar, e que podem estar contribuindo com o processo de adoecimento. Como resposta às tensões do ambiente, as ações de enfrentamento e resistência identificadas acabam partindo de iniciativas individuais e nos levam à compreensão de que sob o forte processo de alienação ao qual estamos submetidas, somente a consciência de classe e organização coletiva levará à verdadeira transformação social e à conquista da emancipação feminina.

PALAVRAS-CHAVE: Condição Docente. Trabalho feminino. Adoecimento.

INTRODUÇÃO

Com a reconfiguração do Estado Brasileiro, os impactos das políticas públicas educacionais revelam de forma mais clara o seu alinhamento com a cultura hegemônica presente nos acordos feitos com o Banco Mundial, o qual funciona como grande patrocinador intelectual do capital e vê na educação um instrumento de alívio da pobreza para a manutenção de seu controle político e ideológico na sociedade de classes.

O “investimento” na primeira infância visando evitar futuros problemas e os altos níveis de repetência, garantiria menores custos com educação e saúde, além de funcionar como uma estratégia preventiva ao fracasso escolar, limitando o ensino da

primeira infância à ampliação da oferta aos setores mais vulneráveis da população. O resultado é um forte processo de expansão marcado pelo aprofundamento das disparidades no atendimento, precarização das condições de trabalho, desvalorização profissional e impactos negativos sobre a saúde docente.

As atividades de educação e cuidado fortemente marcadas pelo caráter não remunerado e associado como trabalho da mulher, circunscrito no espaço de reprodução social que garante a perpetuação da ordem social que deseja o capital, soma-se as materialidades geradas sobre o trabalho docente no Brasil com base em acordos com os organismos internacionais, que reforçam e aprofundam esta lógica. Analisar as especificidades do trabalho docente na educação infantil requer a compreensão de que a constituição do profissional que atua nesta etapa da educação básica tem sofrido mudanças ao longo da história, mas que ainda carrega consigo uma forte característica assistencialista.

Viana (2013) afirma que a feminização do magistério se constitui “como um fenômeno internacional pautado por alterações econômicas e patriarcais”. No Brasil, o crescimento significativo do número de professoras no ensino primário tem início no século XIX, em escolas improvisadas, sem vínculo com o Estado. “Se trata de um dos primeiros campos de trabalho para mulheres brancas das chamadas classes médias, estudiosas e portadoras de uma feminilidade idealizada para essa classe” (p.14). Dessa forma, “algumas profissões e ocupações foram oferecidas para as mulheres como alternativas possíveis no espaço público urbano, especialmente aquelas vinculadas à reprodução social”. (YANNOULAS, 2013, p.42)

As políticas voltadas ao trabalho docente, portanto, encontram-se em sintonia com as relações de poder e as práticas constituídas ao longo da história. Como afirma Marx (2008), estas relações correspondem ao grau de desenvolvimento em que se encontram as forças produtivas materiais e “a totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência”. (p.47).

Desenvolver estudos sobre a condição na educação infantil, exige compreendê-la como um fenômeno que compõe instâncias de um todo político e social, e que devem ser analisados dialeticamente. Partindo-se desta compreensão, a análise crítica de dados

secundários disponibilizados pelo GESTRADO/UFPA busca estabelecer relações entre precarização do trabalho e saúde, considerando as implicações no ambiente físico e organizacional do trabalho, bem como identificar as ações de resistência e enfrentamento que são perseguidas por professores e professoras de educação infantil, no sentido de garantir melhores condições para o desenvolvimento de sua atividade laboral e valorização profissional, à luz das contradições existentes no processo de definição de políticas que atingem a categoria docente, sob um sistema que faz forte investida no processo de alienação.

3

Um “mapa” do perfil epidemiológico dos servidores da SEMEC em Belém

Antes de apresentar as análises sobre as condições de trabalho na educação infantil na RMEB, traçaremos, neste subtópico, um “mapa” sobre o quadro de adoecimento dentro do total de servidores da Secretaria. Considerando o número de processos de afastamentos médicos na Secretaria Municipal de Belém no ano de 2011, incluindo todos os servidores da Rede Municipal de Ensino de Belém, apresentamos, na tabela abaixo, o número de processos de acordo com o tipo de afastamento e o distrito administrativo de origem, a partir dos dados do Núcleo de Apoio à Saúde do Trabalhador – NAST¹, conforme Tabela 1.

TABELA 1– Levantamento de afastamentos médicos. SEMEC GERAL/2011

Nº	Espaços Distritais	Total de servidores	Sexo		Afastamento médico/2011					
			F	M	LS	LA	PNEES	RP	RD	ID
1	DABEL/SEDE	883	650	233	255	40	--	36	02	02
2	DABEN	550	430	120	145	27	--	29	05	01
3	DAENT	372	308	64	162	21	--	47	04	01
4	DAGUA	828	657	171	239	56	06	58	06	04
5	DAICO	473	373	100	107	20	--	30	--	--
6	DAMOS	323	246	77	99	13	--	19	02	--

¹ Não foi possível ter acesso ao Relatório de 2009, ano em que foi realizada a pesquisa sobre trabalho docente abordada no subitem 3.2 e 3.3 deste capítulo. Contudo, no que pese não se tratar de relatório específico sobre o trabalho docente na educação infantil, os dados apresentados no Relatório epidemiológico do NAST nos trazem indicadores referentes ao período de 2009 a 2011 dos servidores da Secretaria nos diversos cargos, inclusive docentes MAG – 1 (Professor Pedagógico) os quais foram revisitados ao longo da pesquisa.

7	DAOUT	91	73	18	12	09	--	08	--	--
8	DASAC	471	371	100	145	28	--	48	05	02
TOTAL		3.991	3.108	883	1.164	214	06	275	24	10

Fonte: Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador – NAST/2011

Excetuando-se os processos de Licença para Acompanhamento – LA² e Licença para acompanhamento parcial – PNEES³, é possível observar que cerca 40% (1473) dos servidores da Rede solicitaram afastamento para dar atenção à sua própria saúde, onde se incluem processo de afastamentos provisórios como Licença Saúde – LS e Readaptação Provisória – RP, bem como afastamentos definitivos do cargo ou função, ou mesmo do trabalho (Readaptação Definitiva –RD e Incapacidade Definitiva para o Trabalho – ID). As mulheres são a grande maioria entre os que solicitam afastamento médico.

Dentre as patologias identificadas por meio da CID nos processos de afastamento, as que mais acometem os servidores da SEMEC se destacam as Doenças do Sistema Osteomuscular (32% dos casos identificados), os Transtornos Mentais/Depressão (13%), Túnel do Carpo (7,8%) e Traumatismos (6%). Doenças do Aparelho Digestivo e do Aparelho Geniturinário também aparecem com percentuais significativos (5,6% e 4,4% dos casos identificados, respectivamente).

O Trabalho Docente na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Belém

Atualmente, na Rede Municipal de Ensino de Belém – RMEB, os diversos espaços onde o atendimento educacional das crianças pequenas ocorre apresentam estruturas e relações de trabalho variadas. As disparidades vão desde o assessoramento pedagógico, passando por questões de ordem administrativa, até os valores por aluno de acordo com o atendimento (público e conveniado), refletindo sobre as condições de trabalho do professor da educação infantil (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2010).

Segundo os dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2013) a evolução das matrículas na Rede Municipal de Ensino em Belém no período de 2009⁴ a 2011

² Trata-se de licença para acompanhar um familiar que precisa de atenção especial.

³ Licença para acompanhamento parcial/especial.

⁴ Aprovação da Emenda Constitucional Nº 59, que altera os incisos I e VII do Art.208 da Constituição Federal, ao prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos.

apresentou uma importante expansão no percentual, em 5% na pré-escola e 6% nas creches. Porém, no que pese a ampliação no atendimento no município, não se observou um aumento do número de equipamentos/unidades educativas, o que levanta preocupações sobre as condições em que a oferta de vagas vem se dando.

No ano de 2011, de acordo com o Relatório sobre o *Perfil Epidemiológico dos Servidores da Secretaria Municipal de Belém/SEMEC* do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador (NAST/2011), a Secretaria possuía um total de 64 Escolas, 46 Unidades Pedagógicas, 35 Unidades de Educação Infantil (UEI) e 15 Anexos, e um quantitativo de 3.991 servidores na Rede de Ensino, sendo que os que desenvolviam atividades do Magistério contabilizavam um total de 2.482 servidores no referido ano. Ao somarmos o número de Unidades Pedagógicas (UP) e Anexos, o total supera o número de Unidades de Educação Infantil e chega próximo ao número total de escolas, revelando um possível aprofundamento da precarização das condições de trabalho para os profissionais que atuam nestes espaços.

Compreende-se que as condições de trabalho compõem um “conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, envolvendo as instalações físicas, os materiais e insumos disponíveis, os equipamentos e meios de realização” (OLIVEIRA e ASSUNÇÃO, 2010, p.1), além das formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade, o que depende também da própria natureza do trabalho realizado.

Apresentamos a seguir algumas análises a partir dos dados do Gestrado/UFPA⁵, organizando-as em três subtópicos: *Condição Feminina – Perfil Docente*, *Condições de Trabalho e Resistência e Saúde*.

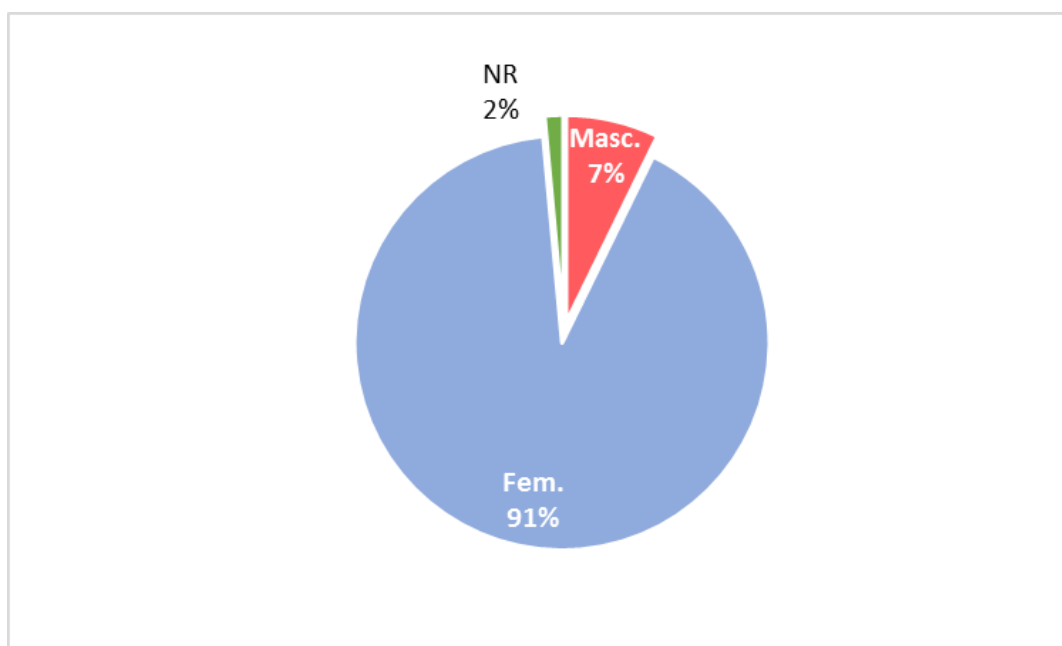
Condição Feminina – Perfil Docente

A composição majoritariamente feminina da categoria docente na educação infantil é comprovada a partir dos dados analisados, representado no Gráfico 1 (91%), o que corrobora com as análises de Garcia (2010), ao se reportar à identidade docente.

⁵ Os dados analisados compõem a pesquisa sobre Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil (TDEBB) coordenada pelo GESTRADO/UFMG, em parceria com [GESTRADO/UFMG](#), [GEPETO/UFSC](#), [GEDUC/UEM](#), [GETEP/UFRN](#), [GESTRADO/UFPA](#), [NEDESC/UFG](#), [NEPE/UFES](#) e [NUPE/UFPR](#). Dos 1.353 sujeitos docentes entrevistados no Pará que atuam nos municípios de Altamira, Belém, Concórdia do Pará, Curalinho e Marituba, mais de 60% encontra-se em Belém, capital do Estado. Dos dados municipais referentes à educação infantil em Belém, analisamos nesta sinopse apenas aqueles referentes à rede municipal (representada por uma sub amostra de 69 indivíduos, sendo que 28 atuam em creches e 41 na pré-escola, contemplando cinco dos oito Distritos Administrativos da capital).

Afirma a autora que a construção social do trabalho da mulher e o processo de feminização do magistério, “somados ao caráter pastoral e vocacional que historicamente caracteriza o magistério marcam a identidade e as formas do profissionalismo docente, especialmente na educação da infância” (p.2).

GRÁFICO 1 – Perfil docente de acordo com o sexo



Fonte de dados: GESTRADO/UFP, 2010 – gráfico elaborado pela autora

Há, contudo, uma heterogeneidade que marca a composição majoritariamente feminina da categoria docente, especialmente no ensino básico, em virtude dos diferentes níveis e modalidades de ensino, de sua formação e qualificação, tipos de estabelecimentos, jurisdições, posição profissional e institucional, e suas condições de trabalho (GARCIA *et al*, 2005).

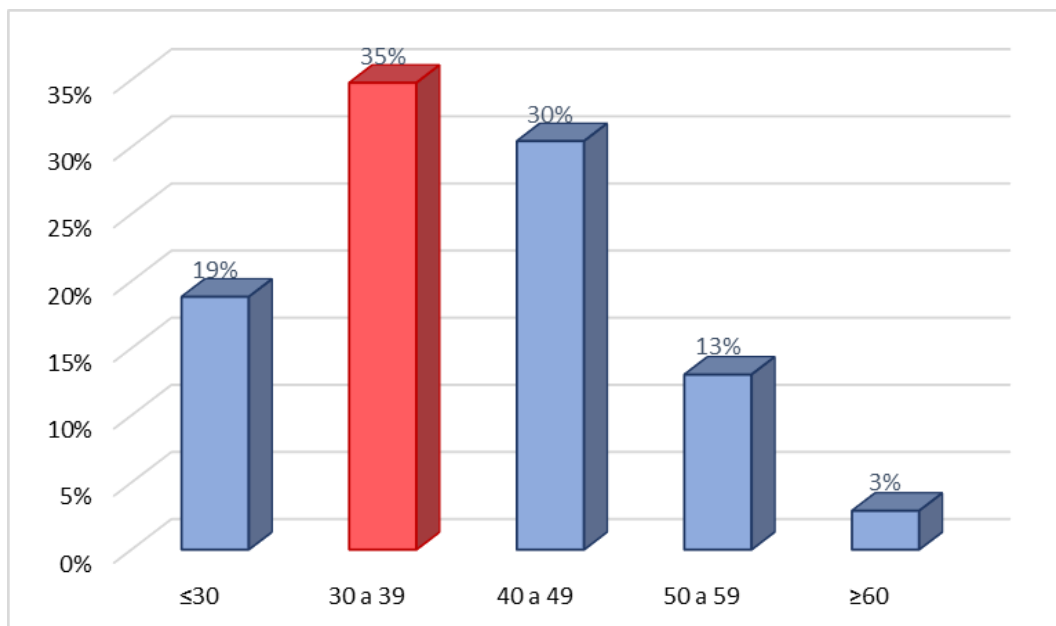
No ano de 2009, dados do MEC/INEP apontavam que menos de 50% dos docentes no Ensino Superior eram mulheres, para um percentual de quase 98% na educação infantil, o que marca “o forte caráter feminino da docência, na perspectiva da divisão sexual do trabalho” (VIANA, 2013, p.166), demonstrando que a feminização do magistério não ocorre da mesma forma em todos níveis e etapas de ensino, e os docentes, sobretudo na educação básica, são considerados os *proletários das profissões liberais*, como nos afirma Bittar (2010).

Combinado à expansão do subemprego e outras formas de empregos precários, a exemplo da terceirização, há uma forte expansão do trabalho feminino, respondendo a mais “de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado” (ANTUNES, 2000, p. 42).

Com a feminização global, as mulheres têm experimentado uma *carga tripla* de trabalho, pois se espera que as mesmas deem conta não apenas do cuidado da casa e das crianças, mas que respondam às exigências do mercado de trabalho e também cuidem de parentes idosos, dados que não fazem parte das estatísticas econômicas, tampouco são consideradas nas políticas sociais. Tal processo se aprofunda e atinge de maneira desigual homens e mulheres, visto que “mais mulheres estão se tornando as principais provedoras do sustento da família” (STANDING, 2013, p.101).

Em relação à idade, observa-se que a maioria dos sujeitos docentes da educação infantil pesquisados se encontra na faixa etária de 30 a 39 anos, seguido pela faixa de 40 a 49 anos (Gráfico 2). Considerando que menos de 20% dos docentes que estão atuando na educação infantil na RMEB possuem menos de 30 anos de idade, é possível inferir que não tem havido uma “renovação” no quadro de docentes ou estes tem ingressado cada vez mais tarde na profissão.

GRÁFICO 2 – Perfil docente de acordo com a idade



Fonte de dados: GESTRADO/UFPA, 2010 – gráfico elaborado pela autora

Quanto ao estado civil, 50%⁶ dos sujeitos docentes entrevistados contariam com a presença companheiro/companheira em casa. Quanto aos que possuem dependentes, estes são a maioria, correspondendo a 72% dos entrevistados. Os dados revelam a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre jornada de trabalho e gênero, as implicações da condição feminina no trabalho docente e a sobrecarga das responsabilidades familiares sobre a qualidade de vida destas profissionais. Segundo Zibetti e Pereira (2010), “nas famílias em que as mulheres cônjuges têm filhos dependentes e têm parentes no mesmo domicílio, a jornada de trabalho remunerado aumenta em uma hora em relação àquelas que não possuem este apoio” (p.262).

Se a mulher conta com apoio nas tarefas de cuidado em casa, seu trabalho remunerado pode ser aumentado (em tempo e remuneração), permitindo estender esse tempo de trabalho fora de casa. O mesmo não ocorre com aquelas que necessitam retornar às responsabilidades familiares, posto que não contam com familiares para dividir tais tarefas. Pelo prisma da divisão sexual do trabalho, “são, sobretudo, os homens que mais contam com apoio para atendimento de suas necessidades concretas e emocionais, por meio do cuidado familiar realizado pelas mulheres”. (MARCONDES, 2013, p.263)

Condições de trabalho: relações, estrutura e vivência profissional

Dos sujeitos docentes pesquisados, mais da metade (52%), são os principais provedores de renda de suas famílias, sendo que 65% do total afirma trabalhar em apenas uma unidade. Quanto ao vínculo de trabalho com a unidade educacional, 48% é composta por servidores estatutários, que ingressaram via concurso público, sendo que mais de 50% destes docentes é composta por servidores temporários, substitutos ou designados, estagiários remunerados ou mesmo trabalho voluntário.

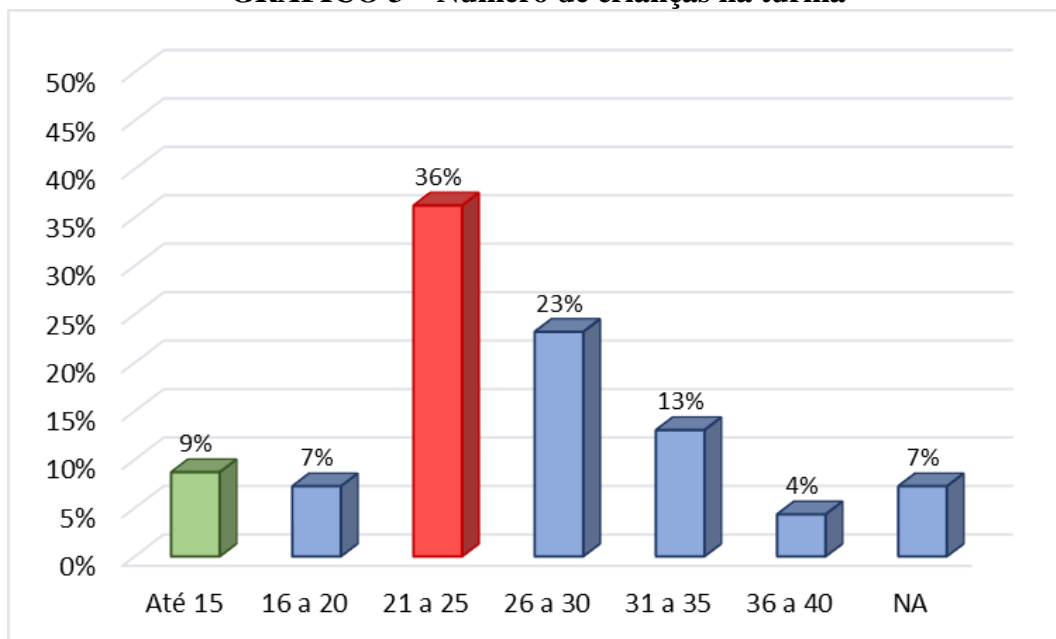
Mais da metade dos entrevistados (52%) sentem-se insatisfeitos com seus salários, para apenas 1% que se sentem muito bem remunerados. Nota-se que a falta de valorização salarial se constitui como algo que também recai sobre o processo de trabalho, salários mais baixos podem levar à necessidade de ampliação da jornada de

⁶ De acordo com o estado civil, docentes solteiros representam 39% e os casados aproximadamente 38%. Divorciados, separados e viúvos somam 11%, enquanto os que se encontram em união Estável respondem a 12%.

trabalho e do número de empregos, aprofundando assim a precarização e, conseqüentemente, a intensificação do trabalho docente.

Quanto ao número de crianças por turma, cerca de 78% dos entrevistados possuem um número total que ultrapassa 20 crianças, conforme Gráfico 3. Vale ressaltar que se trata de uma pesquisa que envolve sujeitos docentes que atuam em creches (6 meses a 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos), as quais possuem formas diferenciadas de enturmação.

GRÁFICO 3 – Número de crianças na turma



Fonte de dados: GESTRADO/UFPA, 2010 – gráfico elaborado pela autora

A variedade no atendimento, a localização e estrutura do espaço educativo, bem como as políticas municipais desenvolvidas, levam também a uma diversidade na composição das turmas, que podem variar de 15 até 45 alunos ou mais nas turmas de pré-escola. Autores como Pinto, Duarte e Vieira (2012), fazem destaque à universalização do acesso nesse nível de ensino, ressaltando que esse fato não tem garantido a oferta com a devida qualidade.

A política de publicização das ações do Estado também encontra terreno fértil para o “investimento” do setor privado na educação infantil com a expansão dos contratos de gestão público-privadas, por meio de investimentos com recursos públicos, desresponsabilizando cada vez mais o poder público e transferindo para a sociedade civil a responsabilidade de sua oferta (ARELARO, 2008), onde o trabalho ocorre em

condições cada vez mais desafiadoras, como o fato de apenas 26% contarem com apoio de pessoal para acompanhamento das crianças.

Do total pesquisado, 26,5% possuem crianças com necessidade especiais em sua turma, sendo que 64,6% afirmam não possuírem orientação para o desenvolvimento do trabalho diante da demanda específica apresentada pelas crianças.

Quanto à distribuição de atividades realizadas pelo docente dentro e fora da escola, 45% nunca ou raramente o fazem, para mais de 50% de sujeitos docentes entrevistados que afirmam levar trabalho para casa sempre ou frequentemente. Além do trabalho desenvolvido historicamente que não possui reconhecimento e valorização, como as tarefas de cuidado e higiene, o trabalho docente muitas vezes invade o tempo privado do professor, quando nos reportamos à educação infantil, nota-se não apenas uma extensão dessa jornada, como também uma intensificação do trabalho, apresentando impactos negativos sobre a saúde dos docentes. Estudos realizados pelo GESTRADO/UFPA⁷ revelam a ampliação da jornada de trabalho do docente na educação básica no Pará, sem que ocorra o devido reconhecimento formal, tendo como marco as reformas educacionais dos anos 1990.

Para além das precárias condições de infraestrutura apontadas pelos docentes no Estado do Pará (tais como a ocorrência de ruídos; mobiliário, circulação de ar e iluminação inadequadas; precárias condições ou inexistência de quadra de esportes, parquinhos, biblioteca, sala de informática e sala específica de repouso e convivência), estes afirmam terem sentido maior autonomia no desempenho das suas atividades, porém notam que houve uma mudança no perfil das crianças.

Os docentes também sentem uma maior supervisão/controle de suas atividades, havendo também um aumento das exigências para um melhor desempenho das crianças e no que pese as condições desfavoráveis para planejamento e execução de suas atividades, a profissão de docente lhes representa uma satisfação pessoal e profissional.

O curioso é que estes afirmam não notar uma ampliação/extensão da jornada de trabalho. Os fatores apontados como mais importantes para a melhoria da qualidade no trabalho apontado são a redução do número de crianças por turma, seguido de uma

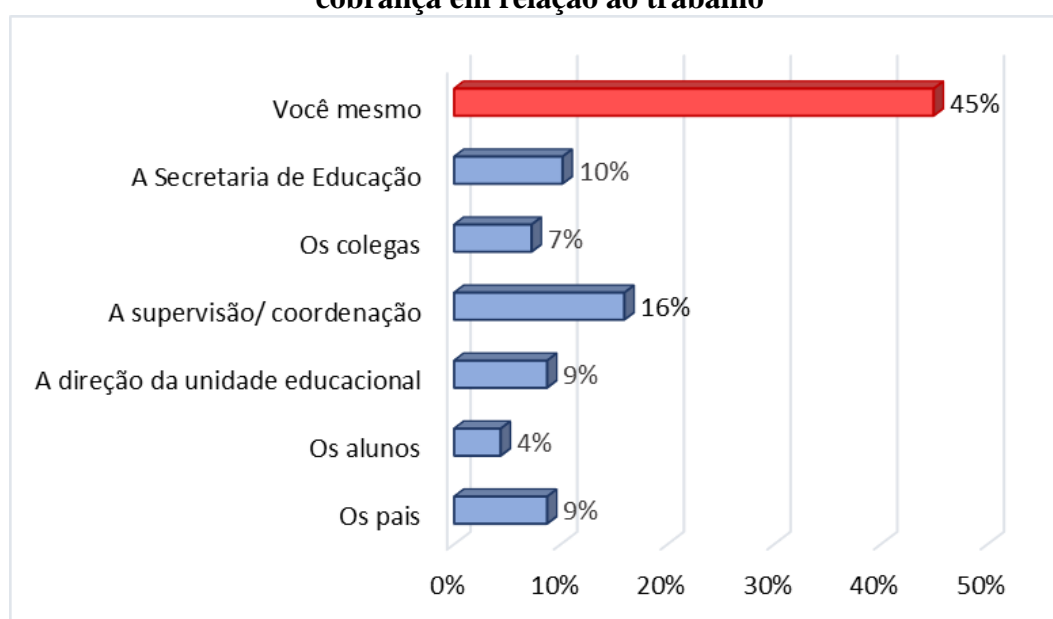
⁷ Os dados da pesquisa TDEBB desenvolvida no Pará foram analisados por professores envolvidos na coleta dos dados e os resultados encontram-se no livro *O Trabalho docente na educação básica: o Pará em questão*, contemplando discussões sobre perfil profissional, condições de trabalho, sindicalismo e saúde docente.

melhor remuneração e maior capacitação. Contar com apoio também é apontado como um fator relevante.

Conforme sua percepção em relações às situações vivenciadas dentro da unidade educacional, parece ser algo comum entre os docentes buscar adaptar-se às novas exigências profissionais e sentem-se responsáveis pela classificação da unidade educacional nas avaliações realizadas pelos governos, como demonstrado pelo Gráfico 4.

11

GRÁFICO 4 – Posição dos sujeitos docentes quanto aos principais agentes de cobrança em relação ao trabalho



Fonte de dados: GESTRADO/UFPa, 2010 – gráfico elaborado pela autora

Nota-se que, ao serem indagados sobre o agente do qual recebe mais cobrança, os sujeitos docentes da educação infantil afirmam que são eles próprios (45%), seguido da supervisão/coordenação da escola (15,9%). A Secretaria de Educação aparece nas respostas de 10,1% dos entrevistados. Os dados revelam uma autorresponsabilização do docente da educação infantil que acaba “capturando sua subjetividade” ao levá-los a “vestir a camisa” da escola, mesmo diante das precárias condições onde desenvolve seu trabalho. Para Dal Rosso (2008), o aumento do número de tarefas a serem realizadas pelo docente ao mesmo tempo, gera uma complexificação que acaba resultando em maior desgaste, incidindo não apenas no campo fisiológico e mental, mas também sobre suas relações. Sobrinho (2002), alerta para o *stress* ocupacional e a síndrome de

*burnout*⁸ que vem acometendo professores, em virtude dos conflitos colocados entre o trabalho desejado e as condições reais para sua concretude (*trabalho pedagógico prescrito e trabalho pedagógico real*). Discutir as condições que envolvem o processo de trabalho docente na educação infantil significa considerar todas as circunstâncias que possuem relação direta ou indireta com o trabalho, desde as condições objetivas resultantes do processo de proletarização que vem se aprofundando entre os docentes até os enfrentamentos diretos e indiretos que se manifestam na vivência profissional, invadem seu tempo privado, que muitas vezes não se tornam claros para o próprio docente.

12

Saúde, adoecimento e ações de enfrentamento e/ou resistência

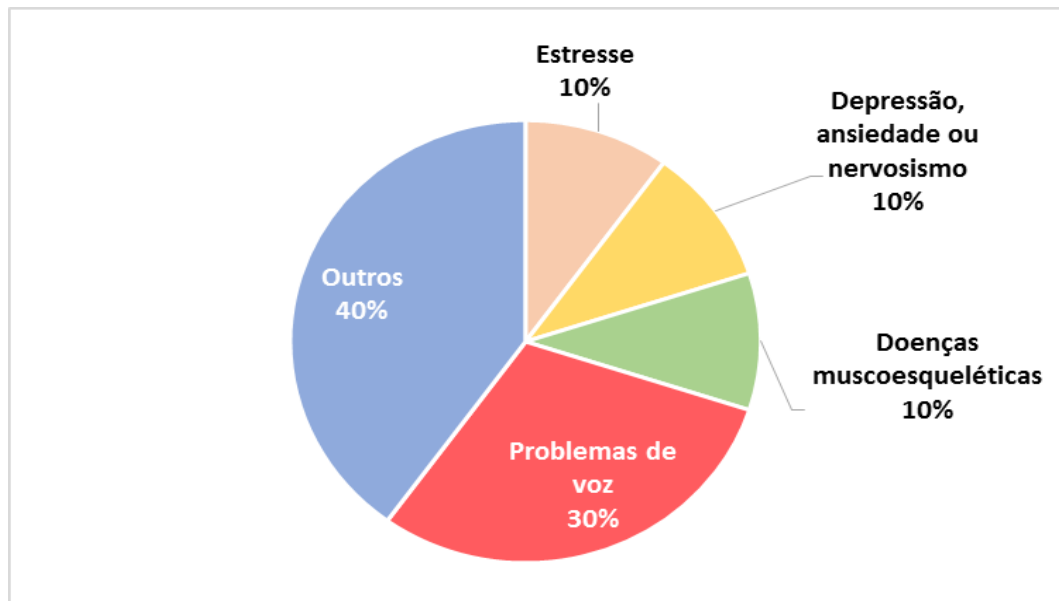
As relações entre corpo, condições de trabalho e doença são ricas de significação ideológica (ASSUNÇÃO, 2010, p.2). Antes, portanto, é preciso considerar que nem todos possuem a mesma compreensão do que seja adoecimento. Diante da pressão sofrida no ambiente de trabalho, há várias saídas que podem ser perseguidas, entre elas a ação coletiva ou uma manifestação que nem sempre é aberta. De acordo com os dados analisados, os docentes que atuam na educação infantil na RMEB, ao discordarem de alguma medida na unidade educacional por exemplo, procuram, como primeira ação, conversar com os colegas na sala dos professores (52,2%), ou com a direção da própria unidade (27,5%). Reclamar com o sindicato não está entre as primeiras ações buscadas pelos docentes quando discordam. A grande maioria dos sujeitos docentes pesquisados, quase 90%, não são filiados a uma entidade sindical; dentre os que se encontram filiados, apenas 1/3 participa ativamente das ações e tomadas de decisões do sindicato.

A gênese do sindicalismo docente, tanto do magistério público como do magistério privado no Brasil, assenta-se em uma legislação sindical ainda presente nos dias atuais, a partir das regras ditadas pelo Governo de Getúlio Vargas, e que iniciou sua organização na iniciativa privada, diante do cerceamento à livre organização sindical

⁸ Reinhold (2002, p.63) conceitua a *burnout* como “um risco ocupacional a que estão expostas especialmente as pessoas que trabalham em profissões de ajuda, as quais têm como traço comum os contatos interpessoais muito intensos – como acontece com os professores”. A síndrome de *burnout* também é considerada a síndrome de queimar-se, de evaporar-se pelo trabalho (*Síndrome de Quemarse en el Trabajo – SQT*). Com base em Codo, Martinez (2010) refere à esta como “a síndrome de “*burnout*” em educação [...] muito próxima ao mal-estar docente. [...]já que o docente sente tensão entre afrontar ou desistir diante de uma situação laboral que não pode resolver nem de forma individual nem em forma coletiva.

dos servidores públicos (DAL ROSSO *et al*, 2011, p.113-114). De acordo com o autor, o sindicalismo docente se assenta tanto em questões objetivas (aprofundamento da precarização e assalariamento), quanto em questões subjetivas (controle social, disputa política e ideológica). Quanto à filiação partidária, apenas 6% dos sujeitos docentes pesquisados estão filiados a algum partido político. Compreende-se que os partidos políticos revolucionários cumprem um papel fundamental no processo de formação política para a elevação à consciência de classe e a superação da *autoalienação*, com vistas à transformação social, porém as diversas ações do Estado no capitalismo manipulatório levam ao aprofundamento da precarização do trabalho e acabam interferindo, não apenas na autonomia do trabalhador, mas também na sua sociabilidade, subjetividade e organização. Referindo-se à intensificação do trabalho e o controle do capital fora do ambiente laboral, Standing (2013), afirma que a expansão do trabalho terciário e o aprofundamento do processo de precarização do trabalho tem levado ao que ele chama de *arrocho do ócio*, o que pode justificar a busca por atividades que não exijam dispêndio de energia, levando os trabalhadores a utilizarem seu “tempo livre” principalmente para o descanso. De acordo com os achados da pesquisa, descansar, participar de programas em família, ler, desenvolver tarefas domésticas e cuidar de si mesmo, estão entre principais atividades realizadas pelos docentes da educação infantil, respectivamente. A opção pelo “lazer passivo” pode estar associado ao esgotamento resultante da intensificação do trabalho. Ocorre que o sedentarismo pode ocasionar não apenas aumento do peso corporal, levando à obesidade, mas desencadear diversos outros problemas de saúde, como problemas nas articulações e atrofia muscular, aumento do colesterol e da pressão arterial, diabetes, distúrbios do sono e problemas cardiovasculares, como infarto e acidente vascular cerebral. Entre os diversos problemas que podem levar ao afastamento médico de docentes, os problemas de voz figuram entre os maiores responsáveis (30%), seguido das doenças muscoesqueléticas, depressão e ansiedade e estresse, representando um percentual de 10% em cada uma destas três últimas categorias segundo os dados do GESTRADO.

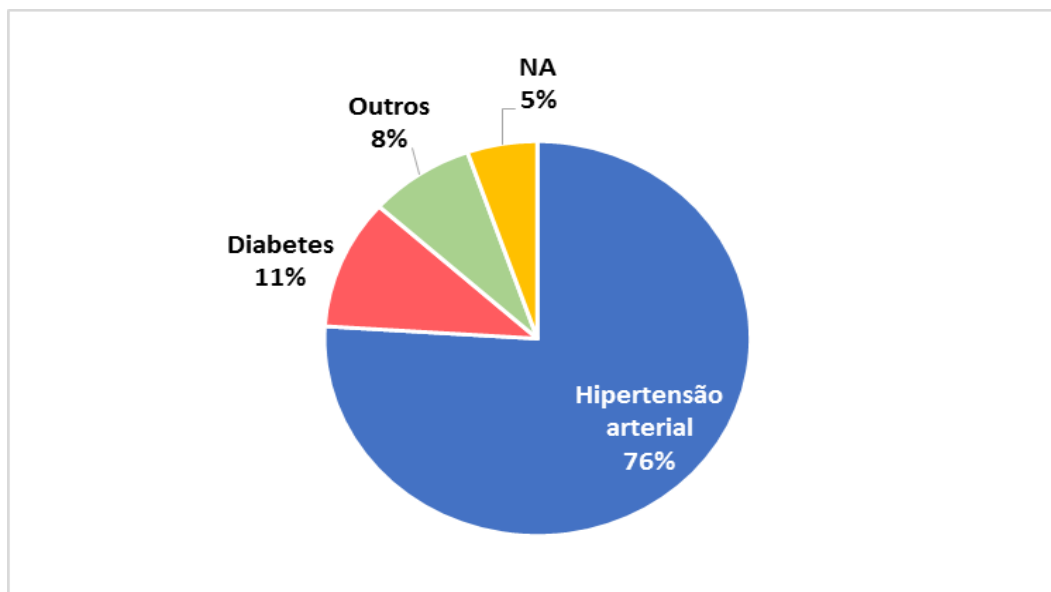
GRÁFICO 5 – Motivos de afastamento por licença médica entre os docentes



Fonte de dados: GESTRADO/UFPa, 2010 – gráfico elaborado pela autora

Se consideramos a associação entre os problemas de ansiedade, depressão e doenças muscoesqueléticas o total de afastamentos médicos entre os docentes da educação chegará a 30%, semelhante ao percentual de afastamentos por problemas relacionados à voz. Os problemas de ordem psicológica, assim como os problemas relacionados ao sistema osteomuscular são menos visíveis e, em alguns casos, apresentam maior complexidade no tratamento. As causas de estresse certamente podem ter diversas origens, mas é preciso considerar o processo de precarização do trabalho e a sobrecarga sofrida, especialmente pelas mulheres dentro e fora do ambiente de trabalho. Importante destacar que determinadas patologias se tornam mais evidentes e suas causas podem ser identificadas a partir de exames clínicos, mas outras não e, diante da hipersolicitação vivenciada, especialmente pelas docentes da educação infantil, concordamos com a utilização do conceito *mal-estar* para nos referirmos aos problemas relacionados à saúde docente, que considera saúde e doença como parte de um mesmo processo, determinado pela estrutura social e econômica e refletem a complexidade da tarefa docente no espaço privilegiado de reprodução do capital. Há casos onde docentes negligenciam sua situação de adoecimento, protelando consultas médicas ou negando-se ao afastamento diante da falta de uma política que garanta a substituição dos docentes por períodos inferiores a um mês. Além disso, o forte controle que, muitas vezes, leva a um processo de assédio moral por parte de gestores, acaba por negar ao trabalhador o direito ao tratamento de saúde.

GRÁFICO 6 – Uso de medicamento prescrito por médico entre os docentes



Fonte de dados: GESTRADO/UFPA, 2010 – gráfico elaborado pela autora

O fato de 95% dos sujeitos docentes da educação infantil pesquisados fazerem uso de algum medicamento prescrito por médico, destes, 74% para hipertensão arterial, 11% para diabetes e 8% para outros motivos. As causas da hipertensão podem estar associadas ao sedentarismo, porém há outros elementos que podem contribuir para o desenvolvimento de problemas relacionados a alterações na pressão arterial, inclusive a organização do ambiente de trabalho e a execução de tarefas sob condições estressantes onde há sobrecarga de trabalho.

Algumas Aproximações

A partir da análise dos dados da pesquisa do Gestrado/UFPA, observa-se que as precárias condições às quais estão submetidas as docentes que atuam na educação infantil – muitas vezes em unidades que não dispõem de um mínimo de infraestrutura para a faixa-etária, atuando em salas com um grande número de crianças sob a responsabilidade de uma única professora – somadas aos conflitos gerados no ambiente de trabalho, contribuem para o desenvolvimento de um *mal-estar* docente e para um processo de adoecimento crescente.

Entretanto, as ações de enfrentamento em resposta ao processo de precarização vivenciado acabam partindo majoritariamente por iniciativa individual dos sujeitos, e os espaços de organização para o enfrentamento de forma coletiva parecem não

conseguirem ainda constituir-se como polo de referência para a luta destas docentes. Com o aprofundamento da *fragmentação, complexificação e heterogeneização* da classe trabalhadora, acabou-se por criar um *novo proletariado* e dividir os trabalhadores entre “qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros, etc, sem falar nas divisões que decorrem[...] da nova divisão internacional do trabalho”, como nos afirma Antunes (2000, p.43) e essas transformações também acabam afetando o movimento sindical diante da diversidade que compõe a *classe-que-vive-do-trabalho*.

Quem se arrisca acaba se expondo a frustrações, ao confronto, e os que negam *o objeto de seu desejo*, de certa forma escapam do confronto, porém “frustra” a possibilidade de conquista, segundo CODO (1999). A saída apontada por Mézaros (2008) diante da condição “de uma desumanizante alienação e de uma subversão feitchista do real estado das coisas dentro da consciência”, é mudar completamente as condições de existência, que somente se dará a partir de “uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social” (p.59), onde a emancipação feminina somente poderá ser conquistada com o fim da exploração capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (Compiladores). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 1ª Edição. Buenos Aires: CLACSO, setembro de 2000. p. 35-48.

ARELARO, Lisete. A não-transparência nas relações público-privadas: o caso das creches conveniadas. In: ADRIÃO, Theresa e PERONI, Vera (Org.). **Público e privado na Educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008. p. 51-66.

ASSUNÇÃO, A.A. Adoecimento. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

BELÉM. Secretaria Municipal de Educação. **Relatório sobre o Perfil Epidemiológico dos Servidores da Secretaria Municipal de Belém/SEMEC** do Núcleo de Atenção à Saúde do Trabalhador (NAST). 2011.

BITTAR, Marisa; JUNIOR, Amarildo F. Proletarização de professores. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

CODO, Wanderley. **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hélvia; RÊSES, Erlando. Condições de emergência do sindicalismo docente. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 111-131, maio/ago. 2011.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Educação Infantil no Brasil**: Avaliação Qualitativa e Quantitativa. RELATÓRIO FINAL. Brasil, novembro, 2010.

GARCIA, Maria M. Identidade docente. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

GARCIA, Maria Manuela; HYPOLITO, Álvaro e VIEIRA, Jarbas. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria e ASSUNÇÃO, Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005

Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG). **O Trabalho Docente na Educação Básica no Brasil**: sinopse do *survey* nacional referente à Educação Infantil. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://trabalhodocente.net.br/?pg=relatorios>>. Acesso 05 mai. 2015.

HYPOLITO, A.M. Processo de trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 01, p. 13-20, 2011.

MACHADO, L. Capital Humano. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

MARCONDES, Mariana Mazzini. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In: YANNOULAS, Silvia (Coord.). **Trabalhadoras** – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

MARIN, A.J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

MARTINEZ, D. Mal Estar docente. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Seleção de textos de José Artur Giannotti; traduções de José Carlos Bruni *et al*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUÉS, Olgaíses; CAMARGO, Arlete; OLIVEIRA, Dalila; VIEIRA, Livia (Org.). **O Trabalho Docente na Educação Básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora, 2012.

MEDEIROS, Luciene; REIS, Maria Izabel. Condições de trabalho e os efeitos sobre a saúde dos docentes. In: MAUÉS, Olgaíses *et al* (Orgs). **O Trabalho Docente na Educação Básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. p. 75-91.

MENDONÇA, Elizabete; SOUZA, Doracy; FERREIRA, Leda. **O trabalho dos professores da educação básica em Belém do Pará**. São Paulo: Fundacentro, 2009.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, D.A. Trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

OLIVEIRA, D.; ASSUNÇÃO, A.A. Condições de trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

OLIVEIRA, Dalila; VIEIRA, Livia. O trabalho docente na educação básica no estado do Pará: conhecendo novos docentes e suas condições. In: MAUÉS, Olgaíses *et al* (Org.). **O Trabalho Docente na Educação Básica: o Pará em questão**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012. p.9-19.

REIS, Maria Izabel Alves dos. **O adoecimento dos trabalhadores docentes na rede pública de ensino de Belém-Pará**. Orientadora, Prof.ª Dr.ª Olgaíses Cabral Maués. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014.

SAES, Décio. Uma interpretação Marxista da evolução do Estado no Brasil. In: COSTA, Silvio (Org.). **Concepções e Formação do Estado Brasileiro**. 2ª edição. São Paulo: A. Garibaldi – UCG, 2004. p.109-124.

SOBRINHO, Francisco de Paula N. O stress do professor no ensino fundamental: o enfoque da ergonomia. In: LIPP, Marilda (org.). **O stress do professor**. Campinas, SP: Papyrus, 2002. p.81-94.

SOLDATELLI, Rosangela. **O Processo de Adoecimento dos professores do Ensino Fundamental de Florianópolis e suas possibilidades de resistência a esse processo**. Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, 2011.
STANDING, Guy. **O Precariado** a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia de; *et al* (Org.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.125-193.

VIANA, Cláudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Sílvia (Coord.). **Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

VIEIRA, Jarbas. **Processo de trabalho das professoras de educação infantil**: entre imagens de bondade e o mal-estar docente. – Faculdade de Educação/Universidade Federal de Pelotas. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Disponível em:
<http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt09_trabalhos_pdfs/gt09_3277_texto.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2015.

VIEIRA, Jarbas; FONSECA, Márcia. Natureza do trabalho docente. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

VIEIRA, Jarbas *et al*. Constituição das Doenças da Docência. **Cadernos de Educação** | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [37]: 303 - 324, setembro/dezembro, 2010.

VIEIRA, Livia M.F. Educação infantil. In: OLIVEIRA, Dalila; *et al* (Org.). **Dicionário Trabalho, Profissão e Condição Docente**. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM

YANNOULAS, Sílvia. Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, Sílvia (Coord.). **Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

ZIBETTI, Marli; PEREIRA, Sidnéia. **Mulheres e Professoras**: repercussões da dupla jornada nas condições de vida e no trabalho docente. Curitiba, PR: Editora UFPR, Educar em Revista, n. especial 2, p. 259-276, 2010.

